



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

Observação: Conforme consta no Documento id 0036274245, o Balanço Patrimonial deste Fundo, excepcionalmente, foi elaborado em 09/02/2023 e Publicado no DOE nº 29, de 13/02/2023, tendo em vista a necessidade de abertura de crédito adicional, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício de 2022. Na presente oportunidade será elaborado o Relatório Geral contendo as notas explicativas em conjunto com as demais Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO CONTÁBIL GERAL DA ENTIDADE E NOTAS EXPLICATIVAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022.

1. CONTEXTO GERAL

O Fundo PROLEITE foi criado pela Lei Complementar nº 547, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a criação do Fundo Proleite e demais mecanismos e instrumentos relativos à política de incentivo e apoio ao desenvolvimento da pecuária leiteira de Rondônia e regulamentado pelo Decreto nº 15513, de 22 de novembro de 2010, que regulamenta a Lei Complementar nº 547, disponibilizando a política de incentivo e apoio ao desenvolvimento da pecuária leiteira do estado de Rondônia e dá outras providências. Os objetivos do Programa:

I - incrementar a implantação, a ampliação e a modernização das atividades do agronegócio leite, objetivando o desenvolvimento harmônico e sustentável da Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira do Estado;

II - estimular a produção em maior escala do leite e seus derivados, fortalecendo segmentos potenciais e criando condições para o surgimento de novos investimentos;

III - elevar a capacidade competitiva dos produtos lácteos de Rondônia, pela melhoria dos padrões de qualidade, produtividade, preço e pela expansão de seus mercados;

IV - promover a interiorização do desenvolvimento em consonância com o zoneamento sócio econômico ecológico, através do ordenamento espacial das atividades produtivas, estimulando o surgimento de novas bacias leiteiras dinâmicas e competitivas;

V - promover e estimular a criação de centros integrados de produção agrosilvopastoril;

VI - promover a auto sustentação institucional do setor primário, de forma a gerar recursos que fomentam realimentação de projetos de desenvolvimento rural sustentável;

VII - inibir o avanço sobre a vegetação primária, através da implantação de modelos tecnológicos que possibilitem o reaproveitamento e a incorporação ao processo produtivo, de áreas abandonadas e ociosas;

VIII - promover e estimular o desenvolvimento das organizações associativistas rurais, de modo a aperfeiçoar os processos produtivos e de comercialização solidária da produção;

IX - estimular a produtividade de litro de leite por vaca através do emprego de tecnologias de produções inovadoras, possibilitando a gestão racional do meio ambiente;

X - incentivar a implantação de projetos manejo de pastagens, manejo reprodutivo, manejo sanitário, qualidade do leite e do rebanho e capacitação técnica profissional no segmento da pecuária leiteira.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Dentre as práticas adotadas na classificação contábil do PROLEITE observa-se a essência sobre a forma e a moeda utilizada nos registros e nas transações é o real, moeda oficial do Brasil.

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

Os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/1964, e são avaliados com base no valor de aquisição/produção.

Importante salientar, que a Portaria nº 542/GAB/SEFIN, publicada no DEO nº 171 de 12.09.2017, em atendimento à Portaria nº 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional, estabeleceu as novas regras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público a serem implementadas no âmbito do Estado de Rondônia, cujo Cronograma de procedimentos contábeis patrimoniais está sendo executado, e os procedimentos com prazos estendidos estão sendo desenvolvidos por diversos grupos de trabalho.

Moeda - A moeda funcional é o Real (R\$). Os saldos em moeda estrangeira, quando necessário, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Disponibilidades - As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Estoques- Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Imobilizado - O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, são registrados pelo valor de aquisição e atualizados por ajustes de reavaliação.

Depreciação, Amortização e Exaustão - Os itens do Ativo Imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condição de uso.

Distinção entre Circulante e Não Circulante - A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis.

Declaração do contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis do Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira - PROLEITE:

Declaro para os devidos fins legais e de instrumentalização do controle social, que os Demonstrativos Financeiros emitidos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO (Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas por meio da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 16.6, relativas ao exercício de 2022, evidenciam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Porto Velho - RO

Data: 31/03/2023.

Contador Responsável: Ana Carolina Pinto da Silva

CRC/RO – 007501/O-0

3. BASE DE ELABORAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em consonância com os dispositivos instituídos pela Contabilidade Geral do Estado - COGES, sendo instituída pela Lei Complementar nº 1.109 de 12 de novembro de 2021, onde dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade - SUPER em Contabilidade Geral do Estado - COGES, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 19 de dezembro de 2017 e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 697, de 26 de dezembro de 2012 e Lei Complementar nº 911, de 12 de dezembro de 2016, sendo novamente alterada em alguns aspectos pela Lei Complementar n. 1.121 de 23 de dezembro de 2021, sendo a mesma elaboradas com base nas Instruções Normativas expedidas pela COGES durante o exercício financeiro 2022, como se segue:

INSTRUÇÕES NORMATIVAS	DESCRIÇÃO
Instrução Normativa nº 09/2022/COGES-GAB	Estabelece e disciplina os procedimentos de cancelamento de empenho nas Unidades Gestoras do Poder Executivo do Estado de Rondônia.
Instrução Normativa nº 08/2022/COGES-GAB	Dispõe sobre a alteração da Instrução Normativa nº07/2022/COGES/GAB, para fins de adequação quanto aos encaminhamentos das propostas à Contabilidade Geral do Estado de Rondônia.
Instrução Normativa nº 07/2022/COGES-GAB	(ATUALIZA) Define parâmetros e estabelece critérios para realização de análise de eventuais propostas de majoração de despesas que impactem no limite de gastos com pessoal do Poder Executivo do Estado de Rondônia.
Instrução Normativa nº 06/2022/COGES-GAB	Dispõe sobre o Fluxo para abertura de demandas no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal -SIGEF/RO.
Instrução Normativa nº 05/2022/COGES-GAB	Estabelece e disciplina as regras para bloqueio e desbloqueio do cadastro de CPF e CNPJ no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, ou outro sistema que vier a substituí-lo.
Instrução Normativa nº 04/2022/COGES-GAB	Estabelece e disciplina as regras para cadastro inicial e atualização cadastral de usuários no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, ou outro sistema que vier a substituí-lo.
Instrução Normativa nº 03/2022/COGES-GAB	Estabelece e disciplina os procedimentos de conciliação, controle e registro contábil afetos ao Aporte para cobertura de Insuficiência Financeira, para com o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Rondônia.
Instrução Normativa nº 02/2022/COGES-GAB	Estabelece e disciplina a expedição de certidões sobre pendências de Diárias, Suprimentos de Fundos, Convênios e de inscrições em Diversos Responsáveis.
Instrução Normativa nº 01/2022/COGES-GAB	Dispõe sobre critérios e diretrizes para a formulação de consulta ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Através da Portaria nº 14/2023/COGES de 20 de janeiro de 2023, foi aprovado a 6ª edição dos **MANUAIS DE CONFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – MCDC/COGES-RO**, disponibilizados por meio do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br>, com o objetivo de oferecer aos profissionais de contabilidade pública, e agentes responsáveis pela gestão da coisa pública, um roteiro normatizado de análise, verificação, certificação das demonstrações contábeis e emissão das notas explicativas que devem ser adotadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia. Sendo este utilizado para análise e emissão dos demonstrativos por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO mediante consolidação de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação contábil de operações típicas do setor público e específicas para o Estado de Rondônia.

As Demonstrações Contábeis – DCON do Fundo de Inv. AP. Prog. Des. Pecuária Leiteira - PROLEITE estão de acordo com as

bases propostas pela COGES e em atenção aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 9ª edição) e o Manual SIGEF. As DCON foram elaboradas a partir dos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO. Entretanto essas demonstrações contábeis representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas. As demonstrações contábeis do PROLEITE são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e Notas Explicativas (NE). As referidas Demonstrações e Notas Explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

4. REMESSAS MENSAS

Em atenção ao Decreto nº. 25.714, de 11 de janeiro de 2021, revogado pelo Decreto nº. 26.020 de 19 de abril de 2021, que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa n. 72/2020/TCE-RO, de 19 de outubro de 2020, regulamentada pela Resolução n. 328/2020/TCE-RO, de 6 de novembro de 2020, este PROLEITE não efetua as transmissões dos arquivos através do SIGAP Contábil, sendo de competência da COGES.

Este sistema SIGAP Contábil que é um módulo de tecnologia própria, desenvolvido a partir do Plano de Contas Único da Federação que por meio da unificação de procedimentos dá mais transparência e agilidade nas informações enviadas ao Tribunal de Contas. Destina-se a extrair informações dos dados de natureza administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, encaminhados através do Módulo Validador de Dados, cuja base são os registros pertinentes das entidades jurisdicionadas. Com o SIGAP Módulo Contábil, os gestores e os titulares dos Órgãos e Entidades Governamentais que constituem unidade orçamentária autônoma, efetuam a remessa mensal de informações exigidas via internet, com utilização de certificação digital, com vistas ao exercício do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Dito isto as comprovações das referidas remessas, estão acostadas através dos processos nº 0088.067634/2022-43 para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, referente ao exercício de 2022. □

Item	Competência	Documento de Suporte	Data
1	Janeiro	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	28/02/2022
2	Fevereiro	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	30/03/2022
3	Março	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	30/04/2022
4	Abril	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	30/05/2022
5	Mai	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	30/06/2022
6	Junho	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	28/07/2022
7	Julho	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	01/09/2022
8	Agosto	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	29/09/2022
9	Setembro	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	28/10/2022
10	Outubro	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	25/11/2022
11	Novembro	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	30/12/2022
12	Dezembro	RECIBO DE ENTREGA DE REMESSA MENSAL	

Na oportunidade, informa-se que a parametrização e conversão em formato XML do Módulo contábil (lançamentos contábeis, conciliação bancária e balancete) são gerados pela Função TCE no SIGEF gerenciado pela Contabilidade Geral do Estado - COGES, conforme Art. 6º, IX da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021.

Ademais, esta Contadoria Setorial efetuou os testes de consistências nos Arquivos do Módulo Contábil, conforme orientado no Treinamento Validação dos balancetes enviados ao TCE RO IN 72, não detectando inconsistências.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 9ª Edição:

- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, no setor público. Deve proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, prestação de contas e responsabilização (accountability) quanto aos recursos que lhe foram confiados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações aos mais diversos usuários. Por isso, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estejam inseridas nas demonstrações.

Este relatório está estruturado em quatro seções: informações gerais, políticas contábeis, demonstrações contábeis e informações relevantes e declarações de regularidade de inventário.

5.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário conforme previsto no artigo 102, da Lei nº 4.320/64, A estrutura do Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Também deve evidenciar as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por:

- I. Quadro Principal (Receitas e Despesas Orçamentárias);
- II. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1); e
- III. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2).

ESTADO DE RONDÔNIA				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA				
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64				
Período: Janeiro a Dezembro de 2022				
				R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.121.339,00	6.121.339,00	14.166.557,09	8.045.218,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	325.339,00	325.339,00	2.975.595,01	2.650.256,01
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.796.000,00	5.796.000,00	11.190.962,08	5.394.962,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	6.121.339,00	6.121.339,00	14.166.557,09	8.045.218,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	6.121.339,00	6.121.339,00	14.166.557,09	8.045.218,09
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.121.339,00	6.121.339,00	14.166.557,09	8.045.218,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	23.919.000,00	2.863.193,22	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	23.919.000,00	2.863.193,22	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA						
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64						
Período: Janeiro a Dezembro de 2022						
						R\$
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	6.121.334,00	17.051.658,17	3.295.354,59	2.455.998,50	2.455.998,50	13.756.303,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.121.334,00	17.051.658,17	3.295.354,59	2.455.998,50	2.455.998,50	13.756.303,58
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	5,00	1.169.310,42	1.168.131,62	519.636,55	519.636,55	1.178,80

INVESTIMENTOS	3,00	1.169.308,42	1.168.131,62	519.636,55	519.636,55	1.176,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	2,00	2,00	-	-	-	2,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	6.121.339,00	18.220.968,59	4.463.486,21	2.975.635,05	2.975.635,05	13.757.482,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	6.121.339,00	18.220.968,59	4.463.486,21	2.975.635,05	2.975.635,05	13.757.482,38
SUPERAVIT (XIV)			9.703.070,88			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	6.121.339,00	18.220.968,59	14.166.557,09	2.975.635,05	2.975.635,05	13.757.482,38
RESERVA DO RPPS			-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
Anexo 12 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados						
Período: 1.1.2022 a 31.12.2022						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	3.089.767,80	1.803.251,10	1.803.251,10	1.286.516,70	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	3.089.767,80	1.803.251,10	1.803.251,10	1.286.516,70	-
DESPESAS DE CAPITAL	336.323,32	989.455,50	1.323.974,97	1.323.974,97	1.803,85	-
INVESTIMENTOS	336.323,32	989.455,50	1.323.974,97	1.323.974,97	1.803,85	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	336.323,32	4.079.223,30	3.127.226,07	3.127.226,07	1.288.320,55	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
Anexo 12 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados					
Período: 1.1.2022 a 31.12.2022					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	4.865,20	4.865,20	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	4.865,20	4.865,20	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	4.865,20	4.865,20	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Para 2022 analisando o Balanço Orçamentário, destacamos o resultado Orçamentário apurado para o exercício com Superávit no valor de R\$ 9.703.070,88 (nove milhões, setecentos e três mil setenta reais e oitenta e oito centavos), posto que a unidade é um agente arrecadador com receitas próprias e executa despesas orçamentárias no interesse da Administração Pública. Importante salientar que o Superávit apresentado ocorre em virtude de no Balanço Orçamentário somente contempla as receitas diretamente arrecadadas por esta Unidade, excluindo-se as transferências financeiras recebidas da Secretaria de Finanças do Estado. No entanto, relacionadas à execução do orçamento anual de 2022.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	
DESCRIÇÃO	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	14.166.557,09
RECEITAS CAPITAL	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	14.166.557,09
DESCRIÇÃO	EMPENHADA

DESPESAS CORRENTES	3.295.354,59
DESPESAS DE CAPITAL	1.168.131,62
TOTAL DAS DESPESAS	4.463.486,21
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9.703.070,88
Fonte: Balanço Orçamentário	

5.1.1. Receitas

No quadro a seguir é possível conhecermos a receita corrente do Fundo de Investimento e apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira por fonte de Recurso, sendo que às fontes demonstram o saldo de aplicação financeiro do exercício em análise.

Fonte	Nomeclatura	Orcada	Previsao Atualizada	Arrecadada Ate o Mes
0240000000	13210101- Remuneração de Depósitos Bancários - Outros	325.339,00	325.339,00	2.975.595,01
0240000000	19999921- Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projeta	5.796.000,00	5.796.000,00	11.139.986,01
0240000000	19999922- Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projeta	0,00	0,00	50.976,07
TOTAL		6.121.339,00	6.121.339,00	14.166.557,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A partir de Outubro de 2021, com a mudança de contabilidade setorial, foram realizadas conciliações de Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021, referente à arrecadação dos Fundos desta Unidade Gestora, no qual foi detectado divergências ente o apresentado no relatório do SITAFE e nos demonstrativos financeiros (extratos bancários).

No decorrer do exercício de 2022 Foram startados documentos conforme processo nº 0025.069502/2022-91 para a Secretaria de Finanças, solicitando esclarecimento sobre a divergência encontrada na conciliação mencionada acima, sendo identificado guias pagas e que não constavam no extrato bancário, com isso foi solicitado a devolução do recurso a esta Unidade Gestora PRÓLEITE, a qual o processo seguira em andamento no exercício de 2023.

No quadro a seguir relatamos os demonstrativos das receitas orçamentárias do Superávit/Deficit Financeiro realizadas no exercício de 2022, por ser um Fundo com arrecadação própria:

Fonte Recurso	Disponibilidade Financeira Bruta	Total Ativo Financeiro	Empenhos em Liquidação	Liquidados a Pagar	Empenhados a Liquidar	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado	Demais Valores Em Trânsito	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamentário
240 - Recursos Diretamente Arrecadados	18.898.559,05	18.898.559,05	0,00	0,00	650.495,07	18.248.063,98	0,00	1.600.292,99	4.521.046,01
640 - Recursos Diretamente Arrecadados	11.649.106,64	11.649.106,64	0,00	0,00	837.356,09	10.811.750,55	0,00	2.863.193,22	12.136.806,78
9999 - Fonte Extra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Consolidado	30.547.665,69	30.547.665,69	0,00	0,00	1.487.851,16	29.059.814,53	0,00	4.463.486,21	16.657.852,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

5.1.2 Despesas

As despesas executadas no exercício de 2022 do Fundo de Investimento e apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira com o montante de Dotação atualizada no valor de R\$ 18.220.968,59 (oito milhões, duzentos e vinte mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) das despesas empenhadas totalizou R\$ 4.463.486,21 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos), sendo que deste montante R\$ 2.455.998,50 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos), referente às Despesas Correntes Pagas e R\$ 519.636,55 (quinhentos e dezanove mil seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) de Despesas com Capital Pagas. Ademais, verifica-se saldo de dotação orçamentária no montante de R\$ 13.757.482,38 (treze milhões, setecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos).

5.1.3 Alterações Orçamentárias

Durante a execução da Lei Orçamentária Anual - LOA, que estabelece o orçamento do Estado, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas, ocorreram diversos fatores que influenciaram diretamente para a alteração do cenário previsto inicialmente. Dessa maneira no decorrer do exercício de 2022, teve a necessidade de realização de despesas insuficientemente dotadas, bem como de novas despesas, resultaram na dotação atualizada de R\$ 21.121.339,00 (vinte e um milhões, cento e vinte e um mil trezentos e trinta e nove reais), conforme apresentado a seguir as alterações orçamentarias por Grupo de Natureza de Despesa:

Categoria Econômica	GND	Dotação Inicial	Dotação Alterada	Dotação Atualizada
03-Despesa Corrente	1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
	2- Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00
	3- Outras Despesas Correntes	6.121.334,00	12.367.688,70	18.489.022,70
04-Despesa de Capital	4- Investimentos	3,00	2.632.311,30	2.632.314,30
	5- Inversões Financeiras	2,00	0,00	2,00
	6- Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00
Total		6.121.339,00	15.000.000,00	21.121.339,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Observar-se que a dotação atualizada equivale a um aumento de 245,04% aproximadamente, em relação a dotação inicial conforme gráfico a seguir:

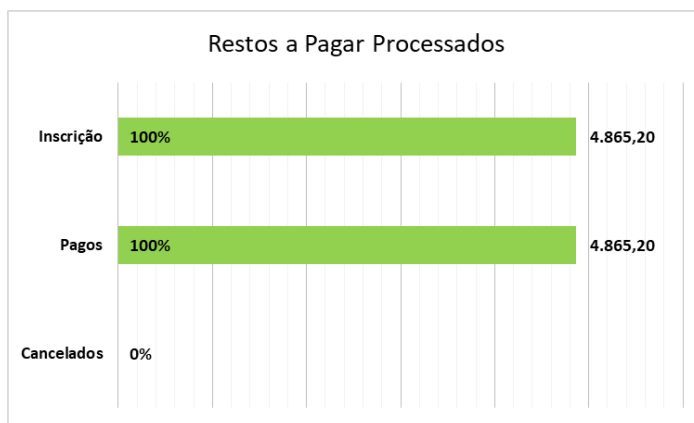
ANEXO 1 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Os restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2021 perpez o valor de R\$ 4.415.546,62 (quatro milhões, quatrocentos e quinze mil quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos) , ocorrendo o devido pagamento na ordem de R\$ 3.127.226,07 (três milhões, cento e vinte e sete mil duzentos e vinte e seis reais e sete centavos), do montante de inscrição de restos a pagar não processados o valor de R\$ 1.288.320,55 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil trezentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) foram cancelados, o equivalente a 29,18%, das inscrições.

Os Restos a Pagar Não Processados cancelados durante o exercício de 2022 se referem ao exercício anterior, e os cancelamentos foram realizados devido não haver mais tempo hábil para liquidação e pagamento dentro do exercício, conforme justificativa acostada no Processo nº 0025.047853/2022-41.

ANEXO 2 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Os restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021 perpez o valor de R\$ 4.865,20 (quatro mil oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), ocorrendo o devido pagamento na ordem de R\$ 4.865,20 (quatro mil oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), sendo pagos em sua integralidade.



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Ana Carolina Pinto da Silva
CRC RO-007501/O-0
Analista Contábil/SEAGRI

Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos
Coordenadora de Administração e Finanças - COAF/SEAGRI

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretário de Estado da Agricultura/SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA PINTO DA SILVA**, **Contadora**, em 14/03/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos**, **Coordenador(a)**, em 14/03/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, **Secretário(a)**, em 14/03/2023, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036478219** e o código CRC **BCE84C3C**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

5.2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP, 9ª ed.), evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

ESTADO DE RONDÔNIA		
BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA		
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64		
Período: Janeiro a Dezembro de 2022		
INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	14.166.557,09	11.250.472,15
Ordinária	-	-
Vinculada	14.166.557,09	11.250.472,15
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	14.166.557,09	11.250.472,15
Transferências Financeiras Recebidas (II)	16.821.462,54	16.269.011,86
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	16.821.462,54	16.269.011,86
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.524.490,98	4.831.605,24
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.487.851,16	4.079.223,30
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	4.865,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36.639,82	723.185,08
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	24.331,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	34.150.751,60	43.397.353,04
Caixa e Equivalente de Caixa	34.150.751,60	43.397.353,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	66.663.262,21	75.748.442,29

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA		
BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA		
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64		
Período: Janeiro a Dezembro de 2022		
DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)	4.463.486,21	10.454.308,90
Ordinária	-	-
Vinculada	4.463.486,21	10.454.308,90
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	4.463.486,21	10.454.308,90
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	28.483.379,22	28.047.439,64
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	13.559.507,66	-

Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	14.923.871,56	28.047.439,64
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.168.731,09	3.095.942,15
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	3.127.226,07	179.476,10
Pagamento de Restos a Pagar Processados	4.865,20	2.168.949,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36.639,82	723.185,08
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	24.331,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	30.547.665,69	34.150.751,60
Caixa e Equivalente de Caixa	30.547.665,69	34.150.751,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	66.663.262,21	75.748.442,29

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA						
BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA						
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64						
Período: Janeiro a Dezembro de 2022						
JANEIRO a DEZEMBRO/2022				JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	-	-	-	-	-	-
Vinculada	14.166.557,09	-	-14.166.557,09	11.250.472,15	-	-11.250.472,15
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	14.166.557,09	-	-14.166.557,09	11.250.472,15	-	-11.250.472,15
TOTAL	14.166.557,09	-	-14.166.557,09	11.250.472,15	-	-11.250.472,15

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

5.2.1. Receita Orçamentária

Apresentamos as receitas orçamentárias líquidas das deduções, despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em Lei, de acordo com sua origem, e a identificação das vinculações por meio do mecanismo e fonte de destinação de recursos, onde as fontes e destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Receita Realizada	14.166.557,09
(-) Deduções da Receita Realizada	0,00
Total	14.166.557,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O total das receitas orçamentárias arrecadadas no exercício financeiro de 2022, foi de R\$ 14.166.557,09 (quatorze milhões, cento e sessenta e seis mil quinhentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), arrecadando R\$ 2.916.084,94 (dois milhões, novecentos e dezesseis mil oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) a maior em relação ao exercício de 2021, o que corresponde a um aumento de 25,92%.

O PRÓLEITE tem recursos próprios conforme discriminação abaixo:

5.2.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Transferência Financeira Recebida

Os valores das transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e

sub-repasse), compreende o valor das transferências financeiras recebidas para possível insuficiência financeira prevista nas Avaliações Atuariais.

Ingressos	Valor (R\$)
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	16.821.462,54
Total	16.821.462,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Transferência Financeira Concedida

Os valores das transferências financeiras concedidas em virtude da execução orçamentária são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos concedidos/transferidos de conta D para conta D, para fins de execução, no montante de R\$ 28.483.379,22 (vinte e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil trezentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Dispêndios	Valor (R\$)
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	13.559.507,66
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	14.923.871,56
Total	28.483.379,22

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

5.2.3. Recebimentos e Dispêndios Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os depósitos restituíveis (recursos relativos a consignações de folha de pagamento, retenções, fianças e cauções), Inscrição de restos a pagar e Restos a Pagar pagos.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados compreendem os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo.

Os Haveres Financeiros – Valores em Trânsito compreendem o somatório dos valores contabilizados indevidamente em conta bancária, guia de recebimento e ordens bancárias emitidas a compensar. Foram feitas as regularizações durante o exercício, com isso não há ocorrência de saldo para o exercício subsequente, estando de acordo com a legislação vigente, Decreto nº 20.339/2015.

Recebimentos Extraorçamentários

Inscrição de Restos a Pagar.

Em 2022, o PROLEITE, realizou a inscrição em restos a pagar não processador o valor total de R\$ 1.487.851,16 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos), conforme demonstrado abaixo:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	Em R\$ 1,00
6.3.1.7.0.00.00 - INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.487.851,16
6.3.2.7.0.00.00 - INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	0,00
Total	1.487.851,16

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Os valores restituíveis estão apresentados no balanço financeiro nos recebimentos extraorçamentário pelo movimento a crédito e nos pagamentos extraorçamentários pelo movimento a débito, conforme pode ser observado abaixo:

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS				Em R\$ 1,00
Conta Contábil	Descrição	Movimento Débito (Dispêndio)	Movimento Crédito (Ingresso)	Saldo Atual
21880000000	VALORES RESTITUÍVEIS	36.639,82	36.639,82	0,00
21881040000	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	7.500,00	7.500,00	0,00
21883000000	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	29.139,82	29.139,82	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Dispêndios Extraorçamentários

Restos a Pagar pagos.

O valor pago referente a Restos a Pagar totalizou R\$ 3.132.091,27 (três milhões, cento e trinta e dois mil noventa e um reais e vinte e sete centavos), sendo que R\$ 3.127.226,07 (três milhões, cento e vinte e sete mil duzentos e vinte e seis reais e sete centavos), equivalem aos restos a pagar não processados pagos e R\$ 4.865,20 (quatro mil oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos) a restos a pagar processados pagos, conforme gráfico abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Data da Elaboração: 09/02/2023

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.547.665,69	34.150.751,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	30.547.665,69	34.150.751,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	30.547.665,69	34.150.751,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
ESTOQUES	-	-
ALMOXARIFADO	-	-
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	30.547.665,69	34.150.751,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	2.206.016,10	1.270.621,18
BENS MOVEIS	539.349,48	437.676,69
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	539.349,48	437.676,69
BENS IMÓVEIS	1.708.062,11	853.906,09
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	1.708.062,11	853.906,09
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(41.395,49)	(20.961,60)
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	(41.395,49)	(20.961,60)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.206.016,10	1.270.621,18
TOTAL DO ATIVO	32.753.681,79	35.421.372,78
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	4.865,20
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	4.865,20
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	4.865,20
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	172.511,00	-
VALORES RESTITUIVEIS	-	-
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-	-
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	172.511,00	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-INTRA OFSS	172.511,00	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	172.511,00	4.865,20

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	32.581.170,79	35.416.507,58
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	32.581.170,79	35.416.507,58
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	45.483.094,47	53.739.246,39
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	(11.661.916,68)	(17.082.731,81)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	(993.403,00)	(993.403,00)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	(246.604,00)	(246.604,00)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.581.170,79	35.416.507,58
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.753.681,79	35.421.372,78
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	30.547.665,69	34.150.751,60
Ativo Permanente	2.206.016,10	1.270.621,18
Total Ativo (I)	32.753.681,79	35.421.372,78
PASSIVO		
Passivo Financeiro	1.487.851,16	4.420.411,82
Passivo Permanente	172.511,00	-
Total Passivo (II)	1.660.362,16	4.420.411,82
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	31.093.319,63	31.000.960,96
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	57.613.809,66
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	57.613.809,66
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2022	31/12/2021
40 - Recursos Diretamente Arrecadados	29.059.814,53	29.730.339,78
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	29.059.814,53	29.730.339,78
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

Nota Explicativa

O Balanço Patrimonial, excepcionalmente, será publicado antes das Demais Demonstrações Contábeis, devido a necessidade de Abertura de Crédito Adicional, utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2022. As notas explicativas em sua completude, bem como as demais Demonstrações Financeiras exigidas pelas Normas Aplicadas ao Setor Público, serão devidamente publicados até dia 31 de março do exercício vigente.

Ana Carolina Pinto da Silva

CRC RO-007501/O-0

Analista Contábil/SEAGRI

Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos

Coordenadora de Administração e Finanças - COAF/SEAGRI

Luiz Paulo da Silva Batista

Secretário de Estado da Agricultura - SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA PINTO DA SILVA**, **Contadora**, em 10/02/2023, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos**, **Coordenador(a)**, em 10/02/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, **Secretário(a)**, em 10/02/2023, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035732687** e o código CRC **3BEB498B**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0025.000305/2023-38

SEI nº 0035732687



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

5.3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). As principais práticas contábeis utilizadas para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão apresentadas no item Base de Elaboração.

5.3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa é apresentada no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispendios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

No exercício de 2022, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa finalizaram com um total de R\$ 30.547.665,69 (trinta milhões, quinhentos e quarenta e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), correspondente aos valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com maior capacidade de conversibilidade em montantes de caixa e sujeitas a um risco pequeno de mudança de valor, classificando-se como tal as aplicações com vencimento em até 90 dias. Vale destacar que a conta caixa e equivalente de caixa não são compostas apenas por dinheiro em espécie, mas também por itens que podem ser convertidos rapidamente em dinheiro. Os saldos consolidados de caixa e equivalentes estão demonstrados a seguir:

Detalhamento de caixa e Equivalente de caixa (Por Fonte)	2022	2021	AH%
190017 -FUNDO DE INV. AP. PROG. DES. PECUARIA LEITERA - PROLEITE	30.547.665,69	34.150.751,60	-10,55
0240 Recursos Diretamente Arrecadados	18.898.559,05	8.502.595,98	122,27
102757X0000104868	18.898.559,05	8.502.595,98	122,27
0640 Recursos Diretamente Arrecadados	11.649.106,64	25.648.155,62	-54,58
102757X0000104868	11.649.106,64	25.648.155,62	-54,58

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

5.3.2. IMOBILIZADO

Ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Conforme disposto na Lei Nº 5.092, de 24 de agosto de 2021, foi criado o Sistema de Administração do Patrimônio Estadual, com a finalidade de definir, agilizar e racionalizar os procedimentos relativos à gestão de seu patrimônio, bem como de proporcionar ao Poder Executivo o conhecimento do acervo imobiliário à disposição de seus órgãos e dos demais Poderes do Estado e órgãos independentes.

A elaboração do inventário físico é de responsabilidade do PROLEITE, da Unidade Administrativa e do Setor responsável, sendo este um instrumento de controle que permite o ajuste dos dados escriturais com o saldo físico do acervo patrimonial, bem como o levantamento da situação dos bens em uso e a necessidade de manutenção ou reparos, e ainda a verificação da disponibilidade dos bens desta Unidade. A disponibilização do inventário físico é efetuada pela Comissão Inventariante instituída por Portaria, conforme a Instrução Normativa nº 002/2018/SEPAT-GAB, esses inventários são geridos pelo Sistema de Gestão Integrada do Governo do Estado de Rondônia – e-Estado, e está sob a coordenação da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC. Cabe destacar que no decorrer do exercício de 2022 o sistema e-Estado passou por adequações no módulo de bens permanentes/imóveis, com vista a uma melhor fiscalização do patrimônio público, além da necessidade de organizar a gestão e fazer um melhor uso do imóvel, assim como evitar perdas e depreciação de bens públicos.

Em análise do exercício de 2022, o Fundo PROLEITE apresentou um saldo de R\$ 2.206.016,10 (dois milhões, duzentos e seis mil dezesseis reais e dez centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, do exercício de 2022.

Imobilizado- Composição	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021	AV%	AH%
Bens Móveis -Valor Líquido	497.953,99	416.715,09	22,57	19,50
(+) Valor Bruto Contábil	539.349,48	437.676,69	24,45	23,23
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-41.395,49	-20.961,60	-1,88	97,48
Bens Imóveis	1.708.062,11	853.906,09	77,43	100,03
Total Geral	2.206.016,10	1.270.621,18	100,00	73,62

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

O Saldo Líquido dos bens imóveis no fim de 2022, se comparado ao exercício anterior nota-se um aumento equivalente a 73,62% do Ativo Imobilizado. No quadro a seguir observar-se os itens que apresentaram um aumento significativo em relação a 2021: Veículos e bens Imóveis em andamento com 70,96% e 116,75% respectivamente.

IMOBILIZADO			
DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021	AH%
BENS MÓVEIS	539.349,48	437.676,69	23,23
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	46.497,03	95.338,43	-51,23
Bens de Informática	12.600,22	19.339,16	-34,85
Móveis e Utensílios	64.585,02	79.842,89	-19,11
Materiais culturais, educacionais	56,21	56,21	0,00
Veículos	415.611,00	243.100,00	70,96
BENS IMÓVEIS	1.708.062,11	853.906,09	100,03
Bens de Uso Especial	0,00	135.792,42	-100,00
Bens Imóveis em Andamento	1.168.816,88	539.245,23	116,75
Instalações	0,00	178.868,44	-100,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	539.245,23	0,00	-
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-41.395,49	-20.961,60	97,48
TOTAL	2.206.016,10	1.270.621,18	73,62

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

5.3.3. Bens Móveis

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

IMOBILIZADO			
DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021	AH%
BENS MÓVEIS	539.349,48	437.676,69	23,23
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	46.497,03	95.338,43	-51,23
Bens de Informática	12.600,22	19.339,16	-34,85
Móveis e Utensílios	64.585,02	79.842,89	-19,11
Materiais culturais, educacionais	56,21	56,21	0,00
Veículos	415.611,00	243.100,00	70,96
BENS IMÓVEIS	1.708.062,11	853.906,09	100,03

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

5.3.3.1 Acompanhamento gestão patrimonial versus contábil

A fim de avaliar de perto as tratativas da gestão patrimonial, as devidas adequações começaram no exercício de 2021, sendo criado a comissão central de acompanhamento do acervo patrimonial do Estado de RO, por meio da Portaria Conjunta N° 47, de 14 Setembro de 2021, cujas atividades e reuniões ocorrem periodicamente e avalia-se e propõem soluções aos entraves identificados junto às Unidades Gestoras do Poder Executivo Estadual, bem como a necessidade de identificar os principais necessidades na execução dos trabalhos, a utilização do sistema e-Estado por parte das Unidades Gestoras do Poder Executivo e por fim o interesse comum do Estado de Rondônia na preservação de seu patrimônio, bem como os benefícios oriundos da cooperação conjunta entre CGE, PGE, SETIC,

COGES, CASA CIVIL, SEPAT. Composta por técnicos, a presente Comissão tem os seguintes objetivos:

I. Evidenciar as principais dificuldades enfrentadas pelas Unidades Gestoras no conhecimento da sua composição patrimonial e utilização do sistema e-Estado;

II. Identificar a fase em que as unidades gestoras se encontram em relação ao trabalho de levantamento dos bens móveis e imóveis;

III. Diagnosticar os procedimentos necessários à conformidade contábil do ativo imobilizado;

IV. Propor soluções de curto (até o final do ano), médio (nos próximos 12 meses) e longo prazo (mais de 12 meses). Quanto as ações tomadas pela Comissão, foram convocadas diversas Unidades Gestoras para o alinhamento da situação atual dos bens móveis do Estado, nas quais identificaram as fases em que as mesmas se encontravam em relação aos trabalhos, bem como mapeamos os procedimentos necessários à conformidade contábil do ativo imobilizado, e por último foram identificadas as medidas viáveis para solução das inconsistências apresentadas. Sendo elas:

- ações quanto ao desconhecimento contábil dos bens inservíveis, permanecendo o controle administrativo até a baixa definitiva;
- ações quanto ao desconhecimento dos bens não localizados, bem como apuração de responsabilidade destes itens;
- ações quanto as transferências externas e internas dos bens patrimoniais;
- ações quanto a importância do registro da depreciação acumulada a fim de se acompanhar a perda de valor de um bem decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência;

Vale destacar que a Comissão criada no exercício de 2021 resultaram na criação de planos de ações para algumas unidades Gestoras, sendo os resultados encontrados estão disponíveis no processo SEI nº 0005.458425/2021-05 (id. 0022433770). Conforme o plano de ação criado e os prazos estabelecidos mencionamos que o que se refere ao patrimônio com prazo para cumprimento até 07/2022, sendo atendido por parte da SETIC/SEPAT, sobre o controle dos convênios dentro do Sistema E-estado, como se segue:

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO MANIFESTAÇÃO : Sistema não fornece um Relatório consolidado de inventário com dados de valores dos bens provenientes de convênios de repasses que são tombados em nome da SEAGRI; Relatório de movimentação das contas apresenta inconsistências e não apresenta quais bens foram movimentados, ficando assim sem uso, sem localização; Ausência de Relatório de Bens que não estão em guarda da unidade; Gerando assim impacto nas contas contábeis do ativo.

MANIFESTAÇÃO - PLANO DE AÇÃO - SOLUÇÃO: Adotar e Implementar atualização e depreciação dos bens constantes no inventário; Adotar e catalogar todos os bens provenientes de convênio junto ao setor competente no intuito de atualizar os valores, prazos, locais e afins destes bens; Atuar ativamente na cobrança da implementação do sistema junto ao SETIC para criar o tópico para lançamentos voltados aos bens provenientes de convênios; Atuar alinhado junto ao convênio para que os lançamentos dos Bens provenientes de Convênios a contar com a celebração elaborada pela PGE referente a esta nova medida, não haverá necessidade de tombar patrimonialmente no inventário a qual esses bens serão lançados no sistema no tópico de controle de bens de convênio;

Ressaltamos que as medidas proposta no plano de ação foram cumpridas parcialmente em 2022, como se segue:

SOLUÇÃO	ATENDIDOS
Adotar e Implementar atualização e depreciação dos bens constantes no inventário.	O referida atualização ainda está em andamento sendo realizado atualizações dentro no Sistema E-estado.
Adotar e catalogar todos os bens provenientes de convênio junto ao setor competente no intuito de atualizar os valores, prazos, locais e afins destes bens.	Solução prontamente atendida no exercício de 2022.
Atuar ativamente na cobrança da implementação do sistema junto ao SETIC para criar o tópico para lançamentos voltados aos bens provenientes de convênios	Solução prontamente atendida no exercício de 2022.
Atuar alinhado junto ao convênio para que os lançamentos dos Bens provenientes de Convênios a contar com a celebração elaborada pela PGE referente a esta nova medida não haverá necessidade de tombar patrimonialmente no inventário a qual esses bens serão lançados no sistema no tópico de controle de bens de convênio.	Solução para 2023.

Dando continuidade nas devidas adequações no exercício de 2022, criaram mais uma comissão através da Portaria Conjuntiva nº 2, de 16 de agosto de 2022- institui comissão para revisão e padronização dos processos e

procedimentos do Sistema E-estado, quanto aos módulos de Almoxarifado e Bens Móveis, sendo os membros composto pelos servidores SEPAT e COGES, sendo realizadas várias reuniões, com atas anexadas no processo nº 0064.0683420/2022-04.

Vale destacar ainda que foi expedido documento pela Comissão instituída para solicitação das principais dificuldades enfrentadas pelas Unidades Gestoras na utilização do sistema e-Estado, sendo destacado as principais dificuldades enfrentadas pelas Unidades Gestoras no conhecimento da sua composição patrimonial e utilização do sistema e-Estado e sugerir pontos de melhorias considerando a realidade de cada um, conforme processo nº 0088.067604/2022-37.

Posterior a isso, através do processo nº 0088.068475/2022-02 instituiu uma subcomissão composta por contadores pertencentes a Contabilidade Geral do Estado - COGES, com o objetivo de dar suporte aos membros da Portaria Conjunta nº 2, a fim de identificar os principais entraves na execução dos trabalhos relacionados ao Patrimônio, bem como nos relatórios disponibilizados pelo sistema e-Estado que auxiliam as unidades gestoras do Poder Executivo do Estado de Rondônia, sendo realizado a primeira reunião em 06/12/2022, sendo pautada as principais divergências e a ordem de prioridade de sua resolução, sendo depois encaminhada a SETIC para a devidas providências, como se segue:

Há inconsistências que foram observadas tanto nos relatórios extraídos do e-Estado, quanto na aplicação (e-Estado), que poderão ser objeto de análise para sanear os erros/ inconsistências, a saber:

- 1º Bens que estão marcados para depreciar, porém não depreciar;
- 2º Falha na depreciação dos bens cedidos, pois não está acompanhando a movimentação do bem (Ex: transfere para uma outra unidade e a depreciação não acompanha e no retorno volta pelo valor de aquisição);
- 3º Apresenta Bens duplicados (ocorre na guarda interna, pois mostra todas as movimentações do bem no Relatório Dinâmico, evidenciar a ultima movimentação);
- 4º Valor residual menor ou maior que 10%;
- 5º Bens que encerrou a depreciação e depois voltou a depreciar no relatório;
- 6º Cabeçalho do relatório não contém o mês solicitado, dificultando ao usuário a identificação;
- 7º Necessidade de divulgar através de documentos oficiais as atualizações das customizações dos relatórios e tudo que envolver o módulo de Patrimônio do e-Estado;

Necessidade da data de Corte nos Relatórios disponibilizados no e-Estado:

- 1º Os relatórios sempre refletem a situação atual do bem (última movimentação), independente do mês solicitado;

Adoção dos procedimentos contábeis de mensuração subsequente dos bens (Apontamento do Tribunal de Contas):

- 1º Revisão das políticas de impairment, custos subsequentes, depreciação, reavaliação ou modelo de custo e avaliação inicial de Bens.

Módulo Contador:

- 1º Ambiente para o contador acompanhar toda a movimentação do bem em tempo real. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião.

Após a contextualização de todos tramites pertinentes a regularização da situação patrimonial, temos a relatar que durante todo o exercício de 2022, esta contabilidade Setorial acompanha a situação Patrimonial através do Processo acima descrito, Relatório de Conformidade Contábil-RCC encaminhado a COGES e dado conhecimento ao Controle Interno da Unidade e o Gestor, sendo encaminhados expedientes que na sua maioria são respondidos pelo setor competente.

Através da Portaria nº 180 de 08 de agosto de 2022, publicada na imprensa oficial no DIOF ed. nº 155 no dia 15 de Agosto de 2022 id.(0034564487), Dispõe sobre nomeação de membros da Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento do Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia - PROLEITE, conforme Processo nº 0025.072280/2022-93.

Resultados encontrados do Relatório Inventário - PROLEITE (Processo nº 0025.072280/2022-93):

" As recomendações que esta comissão considera relevante no que tange os bens móveis deste Fundo, considerando a eficácia e a celeridade nesta atividade são:

-Esta comissão está no acompanhamento e orienta o setor de patrimônio da unidade quanto aos bens inservíveis, a qual verificamos que o setor está realizando a devida avaliação para a baixa do acervo patrimonial do Fundo PROLEITE□;

-Foi aberto o processo id.(0025.387370/2021-03,solicitado a possibilidade de alteração da Lei PROLEITE, para devidas doação do bens antigos;

-Foi adquirido através do processo id.(0025.070618/2022-72) a Impressora de etiquetas Térmica, juntamente

com Rolo de Etiqueta autoadesiva, para fazer os Tombamento dos bens móveis com a nova plaqueta do sistema e- Estado.

- Recomendado a afixação de placas conforme novo padrão e-Estado em todos os bens do Fundo PROLEITE."

Após a entrega do referido Relatório está Contabilidade Setorial realizou os ajustes necessários para o encerramento do exercício Financeiro sendo apontados algumas divergências, encaminhadas para conhecimento da Gestora desta Unidade e para o setor competente, como destacado a seguir:

AJUSTES CONTÁBEIS DE FORMA SINTÉTICA COM BASE NO RELATÓRIO DE INVENTÁRIO 2022	
SALDO INICIAL	437.676,69
INCORPORAÇÃO	1.196.590,95
DESRECONHECIMENTO CONVÊNIOS	989.455,50
RECLASSIFICAÇÃO	1.477,41
AJUSTE NEGATIVO	103.985,25
SALDO EM BRUTO 31/12/2022	539.349,48
AJUSTE DE DEPRECIÇÃO	41.395,49
SALDO LIQUIDO EM 31/12/2022	497.953,99
Fonte: Relatório Inventário 2022	

Dessa forma, esta Contadoria Setorial realizou análise com saldo das contas contábeis de forma Sintética versus com o saldo apresentado no Relatório de Inventário Anual 2022, que espelha a situação do Sistema e-Estado:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Quantidade de Bens localizados na Unidade (servíveis+ inservíveis+ achados+ convênio)	1452
Quantidade de Bens Servíveis localizados em pose PROLEITE	108
Quantidade de Bens Inservíveis na Unidade	-
Quantidade de Bens Ociosos	-
Quantidade de Bens Recuperáveis	-
Quantidade de Bens Irrecuperáveis	-
Quantidade de Bens Antieconômicos	-
Quantidade de Bens Achados à Incorporar	6
Quantidade de Bens Pose de Terceiros(Convênios)EMATER	596
Quantidade de Bens Pose de Terceiros(Convênios)EMATER ANTIGO	644
Quantidade de Bens Pose de Terceiros(Convênios)PREFEITURAS	104

Importante destacar que constam juntados a este Relatório as relações de bens relativas à cada sub detalhamento, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	ID.
Relação de Bens Achados à Incorporar	0034588480
Relação de Bens não Localizados	0034588480
Relação de Bens não Identificados (sem plaqueta e-Estado)	-
Relação de Bens de Terceiros em uso na Unidade	-
Relação de Bens inservíveis	-
Relação dos Bens Servíveis Localizados em Pose PROLEITE	0034585021
Relação Geral Base de Dados Sem Filtro	-
Relação de bens pose de terceiros convênios	0034573684 0034574827
Quantidade de Bens Pose de Terceiros(Convênios)EMATER ANTIGO	0034584178
Relatório Fotográfico Bens Pose PROLEITE	0034578261 0034580155

Após os devidos ajustes foram identificados algumas inconsistências, como:

- Analise ainda que a conta desreconhecimento consta um valor de R\$ 2.037.637,27 (dois milhões, trinta e sete mil seiscientos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), referente ao inventario de 2021, R\$ 893.718,59 (oitocentos e noventa e três mil setecentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos).

- Quanto ao inventário de 2022, foram desreconhecido o saldo de R\$ 21.232.945,40, referente a planilha id. (0034573684) e (0034574827) sendo registrado contabilmente em conta de controle.
- Após os devidos ajustes foram identificados algumas inconsistências, como:
 - Bens totalmente depreciados e Informamos ainda que foram identificados bens que não estão depreciando, conforme já vem sendo acompanhado ao decorrer do exercício de 2022.
 - Por fim, quanto aos bens localizados informamos que os devidos ajustes serão realizados após a incorporação dos bens no E-estado.

Quanto aos bens de Convênios, bens Inservíveis, bens para Apuração de Responsabilidade, bens não Localizados apurada durante o Inventário 2022, foram desreconhecidas do grupo de Ativo Imobilizado pelo valor conta líquida, por não atender os critérios de Ativo desta Unidade Gestora e serão registrados nas **Contas de Controles para apuração de responsabilidade na qual serão solicitadas para Comissão Permanente de Inventário, solicitando abertura de Processo administrativa.**

"Considerando o [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor público 8ª edição](#), item 2.1.2, *in verbis*:

2.1.2.Reconhecimento e Desreconhecimento do Ativo

Um ativo deve ser reconhecido quando:

- Satisfizer a definição de ativo; e
- Puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.

Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias 31 no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos os cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

O desreconhecimento é o processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis, bem como remover esse item se tais mudanças ocorrerem.

O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar. Portanto, é importante que a incerteza seja avaliada em cada data da demonstração contábil.

Por exemplo, sob certas circunstâncias, o montante dos créditos tributários a receber cuja expectativa de geração de benefícios econômicos seja considerada remota (baixíssima probabilidade) devem ser desreconhecidos das demonstrações contábeis por não atenderem a definição de ativo. Entretanto, os créditos desreconhecidos continuam sendo objeto de controle contábil em contas apropriadas, assegurando-se a devida transparência."

Bens Móveis	
Descrição	Valor (R\$)
Balancete de Verificação Versus Balanço Patrimonial	
Saldo Anterior	437.676,69
Entradas	1.612.222,09
Saídas	1.510.549,30
(A) Saldo de Bens Móveis no Balanço Patrimonial	539.349,48
Composição do Processo de desreconhecimento e Regularizações Patrimoniais	
Status de Dezembro não encerrado	437.676,69
Incorporação	1.196.590,95
Desreconhecimento(Inservíveis,Convênios, Apuração de Responsabilidade(Não Localizados)	989.455,50
Ajustes Contábeis com base E-estado	-105.462,66
(B) Saldo do Ajuste Patrimonial Realizado	539.349,48
(C) = (A-B) Diferença	0,00
Fonte: Relatório Inventário 2022/SIGEF	

Esta contabilidade expedirá memorando para orientação sobre os procedimentos que deverão seguir para apuração de responsabilidade, dentre outras situações apontadas no devido Relatório. Posto isto, em atenção à nossa missão institucional, serão dada continuidade a regularizações referente ao acervo patrimonial partindo do pressuposto que sempre deveremos apresentar a fidedignamente de todos os atos e fatos contábeis no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2022 deste PROLEITE, dando azo, assim, à conformidade contábil e às características qualitativas conforme a Norma Brasileira de Contabilidade - Estrutura Conceitual.

Depreciação, Exaustão, Amortização Acumulada

Os bens móveis desta unidade gestora foram depreciados em conformidade com o inventário de 2022,

Representa as obrigações assumidas com terceiro para a execução dos serviços públicos, os valores que a SEAGRI mantém na condição de fiel depositário, além das provisões. O Passivo deve ser classificado como circulante quando corresponder a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, os demais devem ser classificados como não circulante. No exercício de 2022 o PROLEITE registrou no Passivo um montante de R\$ 172.511,00 (cento e setenta e dois mil quinhentos e onze reais).

O Passivo Circulante no fim do exercício de 2022 equivale a 100% do Total do Passivo exigível, e apenas 0,53% do Total do Passivo e Patrimônio Líquido. O saldo constante no Passivo Circulante é composto por Demais Obrigações a curto prazo.

Quanto ao Patrimônio Líquido observa-se que este equivale a 99,47% do Passivo total, no Exercício de 2022, como se segue:

PASSIVO	2022	AV%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	172.511,00	0,53
VALORES RESTITUÍVEIS	-	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	172.511,00	0,53
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-INTRA OFSS	172.511,00	0,53
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	0,00
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	172.511,00	0,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.581.170,79	99,47
RESULTADOS ACUMULADOS	32.581.170,79	99,47
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	32.581.170,79	99,47
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	45.483.094,47	138,86
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	(11.661.916,68)	-35,60
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	(993.403,00)	-3,03
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	(246.604,00)	-0,75
TOTAL DO PASSIVO	32.753.681,79	100,00

Fonte: Demonstração do Balanço Patrimonial

5.3.5. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Registra as obrigações com terceiros com vencimento a curto prazo de transações sem contraprestações. Quanto ao saldo de R\$ 172.511,00 (cento e setenta e dois mil quinhentos e onze reais), trata-se de cessão de uso de bem móvel por tempo determinado advindo da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER, conforme processo 0025.070988/2022-18.

5.3.6. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Deve evidenciar, entre outros itens, o resultado do período segregado dos resultados acumulados, este apresentou valor na ordem de R\$ 32.581.170,79 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil cento e setenta e nove centavos), e sendo seu Superávit/Déficits Acumulados no valor de R\$ 32.510.332,58 (trinta e dois milhões, quinhentos e dez mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) e ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 70.838,21 (setenta mil oitocentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos) .

A conta Superávit/Déficits do exercício apresenta saldo negativo de R\$ -2.764.498,58 (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

A contabilização da conta de Ajustes de Exercícios anteriores ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes a referida apresenta saldo negativo, sendo que seu montante corresponde a lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final na conta (2.3.7.1.1.03.02.00), resultante em sua maioria de lançamentos de Ajustes positivo e negativo do método de avaliação de bens móveis de exercícios anteriores.

5.3.7. QUADRO DOS ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

O Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes é composto pelas contas classificadas como financeiras e permanentes para cálculo do saldo patrimonial do exercício que foi na ordem de R\$ 31.093.319,63 (trinta e um milhões, noventa e três mil trezentos e dezenove reais e sessenta e três centavos).

Ressaltamos, que o cálculo do ativo menos o passivo financeiro, deve ser igual ao valor apurado no quadro de superávit/déficit do exercício, sendo este na ordem de R\$ 29.059.814,53 (vinte e nove milhões, cinquenta e nove mil oitocentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), devidamente conciliado.

Item	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiro	2022
1	Ativo Financeiro	30.547.665,69
2	(-) Passivo Financeiro	1.487.851,16
Total		29.059.814,53
Fonte: Demonstração do Balanço Patrimonial		

5.3.8. QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Temos a informar que os saldos apresentados no quadro referente a convênios a executar nos Atos Potenciais Passivos, no montante de R\$ 57.613.809,66 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e treze mil oitocentos e nove reais e sessenta e seis centavos), no exercício de 2021, após análise realizada no exercício de 2022, identificou-se que trata-se de registro contábil realizados de forma equivocada, pois refere-se a termo de cooperação concedido e executado pela Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER, sendo assim não cabe a esta Unidade Gestora realizar o controle dos mesmos conforme orientação realizada pela COGES, após isto foram feitos os devidos ajustes contábeis, com intuito de manter as informações contábeis fidedignas e confiáveis.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Convênios a Receber	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Convênios Liberados a Liquidar	-	57.613.809,66
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	57.613.809,66
Fonte: Demonstração do Balanço Patrimonial		

5.3.9. QUADRO DO SUPERÁVIT

Destaca-se que este PROLEITE apurou Superávit Financeiro na ordem R\$ 29.059.814,53 (vinte e nove milhões, cinquenta e nove mil oitocentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), refere-se a Recursos Diretamente Arrecadados.

Considerando a Portaria nº 16 de janeiro de 2023, Id 0035086071, a qual dispõe sobre a nova estrutura padronizada para a classificação por fonte ou destinação de recursos, conforme processo SEI: 0035.052421/2022-32, demonstraremos abaixo o superávit financeiro com status de 2022, indicando os saldos com as novas codificações de fontes em 2023. Frisamos que não será alterada a estrutura do Balanço Patrimonial, da qual é elaborada com o banco de dados extraídos do SIGEF de dezembro de 2022.

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO	
FONTES DE RECURSO	2022
1899- Recursos Diretamente Arrecadados	29.059.814,53
TOTAL	29.059.814,53
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)	

Ana Carolina Pinto da Silva
CRC RO-007501/O-0
Analista Contábil/SEAGRI

Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos
Coordenadora de Administração e Finanças - COAF/SEAGRI

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretário de Estado da Agricultura/SEAGRI



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

5.4. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964 em seu Artigo 35, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (MCASP, parte V, 9ª Válida a partir do exercício de 2022). O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

ESTADO DE RONDÔNIA		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA		
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64		
R\$		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.975.595,01	1.125.746,19
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.975.595,01	1.125.746,19
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2.975.595,01	1.125.746,19
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	16.821.462,54	16.269.011,86
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.821.462,54	16.269.011,86
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16.821.462,54	16.269.011,86
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	168.640,45
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	168.640,45
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	168.640,45
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.190.962,08	10.124.725,96
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.190.962,08	10.124.725,96
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	-	35.831,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	11.190.962,08	10.088.894,62
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	30.988.019,63	27.688.124,46
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.279.683,49	6.150.050,86
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	67.972,05	2.943,54
CONSUMO DE MATERIAL	67.972,05	2.943,54
SERVIÇOS	4.191.277,55	6.126.145,72
DIÁRIAS	58.750,00	16.425,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF	195.312,00	-
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	3.937.215,55	6.109.720,72
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	20.433,89	20.961,60
DEPRECIÇÃO	20.433,89	20.961,60
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	28.483.379,22	28.294.043,64
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28.483.379,22	28.047.439,64
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13.559.507,66	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.923.871,56	28.047.439,64
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	-	246.604,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	246.604,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	989.455,50	2.037.637,27
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	989.455,50	2.037.637,27
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	989.455,50	2.037.637,27
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	33.752.518,21	36.481.731,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(2.764.498,58)	(8.793.607,31)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

5.4.1. COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, registrados com base na ocorrência do fato gerador. Sendo que serão aumentativas, quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fruirão para a entidade, ou diminutivas, quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços da entidade.

Apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a NBC TSP 01-Receita de Transações Sem Contraprestação, obtidas no ano de 2022 Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira.

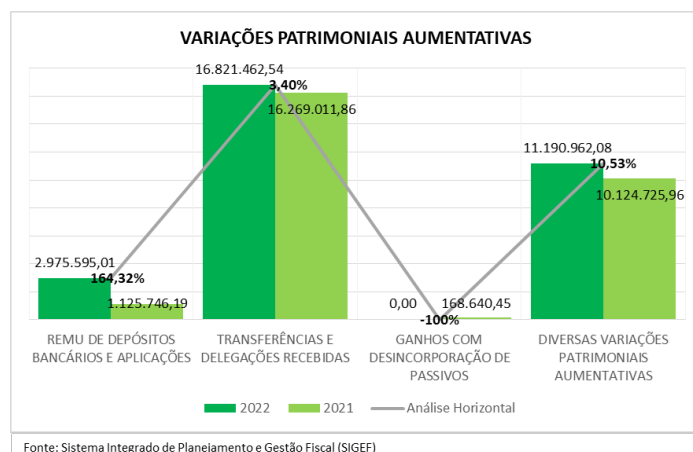
Durante o exercício de 2022, foi evidenciado um total de R\$ 30.988.019,63 (trinta milhões, novecentos e oitenta e oito mil dezenove reais e sessenta e três centavos) referente a variações patrimoniais aumentativas (VPA), composto pelas principais contas descritas abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
DESCRIÇÃO	2022	2021
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.975.595,01	1.125.746,19
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	16.821.462,54	16.269.011,86
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	168.640,45
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.190.962,08	10.124.725,96
TOTAL GERAL	30.988.019,63	27.688.124,46

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em análise horizontal quando compara-se o exercício de 2022 em relação ao exercício

anterior, verifica-se um aumento de 164,32% referente as Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações, 3,40% de Transferências e Delegações Recebidas, quanto aos Ganhos com Desincorporação de Passivos não houve movimentação, e 10,53% de aumento em Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



5.4.2 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As transferências refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias, com isto destaca-se que as Transferências e Delegações Recebidas totalizaram o valor de R\$ 16.821.462,54 (dezesseis milhões, oitocentos e vinte e um mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), referente a Transferências Intragovernamentais, conforme descrito abaixo:

Conta	Descrição	Movimento Credor	Saldo Atual
4.5.1.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.821.462,54	16.821.462,54
4.5.2.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.0.0.0.00.00	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		16.821.462,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

5.4.3. COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Assim como ocorre com as variações patrimoniais aumentativas, as diminutivas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, com base no fato gerador.

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, é relevante destacar que no decorrer do ano de 2021, foram desconhecidos cerca de R\$ 2.037.637,27 (dois milhões, trinta e sete mil e seiscentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), decorrentes da Desincorporação de Imobilizado.

Abaixo observar-se as variações patrimoniais diminutivas relativas a Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no qual totalizou R\$ 4.279.683,49 (quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos), conforme evidenciado abaixo:

DESCRIÇÃO	2022
CONSUMO DE MATERIAL	67.972,05
DIÁRIAS	58.750,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF	195.312,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	3.937.215,55
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	20.433,89
TOTAL	4.279.683,49

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

As Transferências e Delegações Concedidas encerrou o exercício financeiro no valor total de R\$ 28.483.379,22 (vinte e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil trezentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos), conforme descrição abaixo:

DESCRIÇÃO	2022
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13.559.507,66
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.923.871,56
TOTAL	28.483.379,22

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em relação a conta Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos no decorrer do ano de 2022, foram desreconhecidos o total de R\$ 989.455,50 (novecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), referente a Desincorporação de Imobilizado.

5.4.4. RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial se dá pelo encerramento das contas de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O Resultado apurado no exercício 2022 corresponde um DÉFICIT de R\$ - 2.764.498,58 (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), ou seja, as VPDs foram maiores que as VPAs, conforme evidenciado no gráfico abaixo:

Ana Carolina Pinto da Silva
CRC RO-007501/O-0
Analista Contábil/SEAGRI

Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos
Coordenadora de Administração e Finanças - COAF/SEAGRI

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretário de Estado da Agricultura/SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA PINTO DA SILVA**, **Contadora**, em 14/03/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos**, **Coordenador(a)**, em 14/03/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, **Secretário(a)**, em 14/03/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036478253** e o código CRC **B455682F**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

5.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, identificando:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

As informações dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Para fins de padronização optou-se pela utilização no método direto como obrigatório para todos os entes da Federação. No método direto são informadas as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.

ESTADO DE RONDÔNIA		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA		
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64		
Período: Janeiro a Dezembro de 2022		
	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	31.024.659,45	28.267.000,75
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	2.975.595,01	1.125.746,19
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.190.962,08	10.124.725,96
Transferências recebidas	16.821.462,54	16.269.011,86
Outros ingressos operacionais	36.639,82	747.516,74
Desembolsos	32.784.133,84	37.334.733,75
Pessoal e demais despesas	4.264.114,80	6.571.126,37

Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	28.483.379,22	30.016.090,64
Outros desembolsos operacionais	36.639,82	747.516,74
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	(1.759.474,39)	(9.067.733,00)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	1.843.611,52	178.868,44
Aquisição de ativo não circulante	1.843.611,52	178.868,44
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(1.843.611,52)	(178.868,44)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	(3.603.085,91)	(9.246.601,44)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	34.150.751,60	43.397.353,04
Caixa e Equivalente de Caixa Final	30.547.665,69	34.150.751,60
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	16.821.462,54	16.269.011,86
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	16.821.462,54	16.269.011,86
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	246.604,00
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	246.604,00
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	28.483.379,22	28.047.439,64
Outras transferências concedidas	-	1.722.047,00
Total das Transferências Concedidas	28.483.379,22	30.016.090,64
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	4.264.114,80	6.571.126,37
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	4.264.114,80	6.571.126,37
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

A Demonstração de Fluxos de Caixa do PROLEITE permite a avaliação das saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Para melhor compreender os fluxos de caixa será utilizada a técnica de análise vertical para saber quais itens tem maior representatividade dentro de cada fluxo, abaixo poderá ser analisado este comportamento.

5.5.1. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Analisando a Geração Líquida de Caixa do exercício de 2022, que foi resultante das

movimentações dos fluxos de caixa, pode-se observar o comportamento dos recebimentos e pagamentos da entidade. As informações contidas nos fluxos de caixa contribuem para as avaliações do desempenho, da liquidez e da solvência desta Unidade. Neste sentido o detalhamento nos Ingressos dos Fluxos Operacionais e de Investimento contemplam a arrecadação do exercício e sua utilização. Os desembolsos coincidem com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira e foram efetuados de acordo com o planejamento e avaliação dos montantes e fontes prováveis de recursos para dar suporte aos objetivos da prestação de serviços. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, para o exercício de 2022, na ordem de R\$ -3.603.085,91 (três milhões, seiscentos e três mil oitenta e cinco reais e um centavos) que é correspondente ao apurado no Balanço Financeiro, conforme segue:

Apuração de Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	-1.759.474,39
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-1.843.611,52
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-3.603.085,91
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	34.150.751,60
Caixa e Equivalente de Caixa Final	30.547.665,69
Apuração de Caixa e Equivalente de Caixa	-3.603.085,91
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	

5.5.2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Verifica-se o desempenho operacional resultante do fluxo pelo confronto das entradas e saídas relacionadas às principais atividades desenvolvidas pela Unidade Gestora. Destaca-se o aumento das entradas, provenientes da arrecadação correspondente ao total das receitas obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal ou por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Esta unidade gestora apresentou Ingressos Operacionais na ordem de R\$ 31.024.659,45 (trinta e um milhões, vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), decorrentes de Remuneração das Disponibilidades, Transferências Correntes Recebidas e Outros Ingressos Operacionais.

Apresentou Desembolso Operacional de R\$ 32.784.133,84 (trinta e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil cento e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), decorrentes de despesas pagas com Pessoal e Demais Despesas, Transferências Concedidas e Outros Desembolsos Operacionais.

Os Outros Desembolsos Operacionais ao total de R\$ 36.639,82 (trinta e seis mil seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos) é composto pelas contas movimentadas a débito extraorçamentariamente.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	AV%
Ingressos Operacionais	31.024.659,45	100
Remuneração das Disponibilidades	2.975.595,01	9,59
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.190.962,08	36,07
Transferências recebidas	16.821.462,54	54,22
Outros ingressos operacionais	36.639,82	0,12
Desembolsos Operacionais	32.784.133,84	100
Pessoal e demais despesas	4.264.114,80	13,01
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	28.483.379,22	86,88
Outros desembolsos operacionais	36.639,82	0,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.759.474,39	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal		

5.5.3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

As atividades de investimentos referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e

de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa permitem avaliar o investimento dos recursos gerados em sua operação e os recursos obtidos junto a terceiros. No exercício de 2022, o desembolso para à aquisição de Ativo Não Circulante totalizou R\$ 1.843.611,52 (um milhão, oitocentos e quarenta e três mil seiscentos e onze reais e cinquenta e dois centavos), conforme demonstrado abaixo:

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	2022	AV %
Ingressos Investimentos	0	0
Alienação de bens	0	0
Amortização de empréstimos e financiamentos	0	0
Outros ingressos de investimentos	0	0
Desembolsos Investimentos	1.843.611,52	100
Aquisição de Ativo não Circulante	1.843.611,52	100
Concessão de empréstimos e financiamentos	0	0
Outros desembolsos de investimentos	0	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	1.843.611,52	0

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

5.5.4. QUADRO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Na composição dos valores de Outras Receitas e Outros Desembolsos foram observadas as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08, Item 17, o qual preconiza que os campos “Outros Ingressos” e “Outros Desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades.

Assim, o PROLEITE adicionou as movimentações das contas contábeis abaixo identificadas para composição do seu Fluxo de Caixa contabilizado em Outros ingressos e Outros desembolsos.

Contas Contábeis (PCASP)	Descrição	2022
2.1.8.8.0.00.00	Valores Restituíveis – Passivo (Valor movimento crédito)	36.639,82
1.1.3.8.1.00.00	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo (Valor movimento crédito)	0,00
Resultado Outros Ingressos Operacionais		36.639,82
2.1.8.8.0.00.00	Valores Restituíveis – Passivo (Valor movimento débito)	36.639,82
1.1.3.8.1.00.00	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo (Valor movimento débito)	0,00
Resultado Outros Desembolsos Operacionais		36.639,82

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Ana Carolina Pinto da Silva
CRC RO-007501/O-0
Analista Contábil/SEAGRI

Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos
Coordenadora de Administração e Finanças - COAF/SEAGRI

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretário de Estado da Agricultura/SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA PINTO DA SILVA, Contadora, em 14/03/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos, Coordenador(a)**, em 14/03/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 14/03/2023, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036478263** e o código CRC **F30F635B**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0025.000305/2023-38

SEI nº 0036478263



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

BALANÇO

5.6. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. Este demonstrativo contábil (DMPL) evidenciará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade. Assim, dentre os itens demonstrados, podemos citar:

- o resultado do período;
- cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido em virtude de norma específica (Ex.: aumento ou redução por reavaliação e ganhos, quando utilizada a reserva de reavaliação, ou perdas decorrentes de ajustes específicos de conversão para moeda estrangeira);
- os ajustes de exercícios anteriores;
- a destinação do resultado, como por exemplo, constituição de reservas e a distribuição de dividendos;
- as transações de capital com os proprietários como, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria, os juros sobre capital próprio e as distribuições aos proprietários;
- para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. Ressalta-se ainda que a DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O resultado do exercício de 2022 totalizou R\$ 32.581.170,79 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil cento e setenta reais e setenta e nove centavos), as mudanças ocorridas no patrimônio foram decorrentes da movimentação das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores e Resultado do exercício, conforme abaixo:

ESTADO DE RONDÔNIA									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO DE INVESTIMENTO E APOIO AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA									
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64									
Exercício de 2022									
Valores em R\$									
Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							35.416.507,58		35.416.507,58
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-70.838,21	-	-70.838,21
Aumento de capital			-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-2.764.498,58	-	-2.764.498,58
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$. . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							32.581.170,79		32.581.170,79

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Ana Carolina Pinto da Silva
CRC RO-007501/O-0
Analista Contábil/SEAGRI

Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos
Coordenadora de Administração e Finanças - COAF/SEAGRI

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretário de Estado da Agricultura/SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA PINTO DA SILVA**, **Contadora**, em 14/03/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jocemar da Silva Arcanjo dos Santos**, **Coordenador(a)**, em 14/03/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, **Secretário(a)**, em 14/03/2023, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036478270** e o código CRC **40C206E6**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0025.000305/2023-38

SEI nº 0036478270